

## A AULA DE FILOLOGIA GREGA

Era sempre este o rito de início da aula do velho professor: abria, com a solenidade de quem franqueia um templo, o seu exemplar amarelado de um poema sem autor. Eu, aluno tardio e curioso, ouvia e via – porque a filologia, ao contrário do que crê a juventude apressada, é uma arte de visão –, e a biblioteca parecia ondular como um mar em miniatura: lombadas como cascos, letras como cordames, anotações marginais como gaivotas à espreita de migalhas. O professor, que só levava gravatas discretas, tinha no bolso um pedaço de lápis e uma escova de cavaliariça para varrer pó inexistente. “Lemos através de camadas”, dizia, “e toda leitura é arqueologia.”

Os alexandrinos, explicou-me, não foram apenas zeladores de letras, mas curadores do tempo. Zenódoto, Aristófanes de Bizâncio, Aristarco: nomes que soavam como navios. Eles podavam versos como jardineiros pacientes, colavam variantes como ourives invisíveis. Tinham à frente uma tarefa impossível e, portanto, necessária: tirar do rumor dos séculos uma canção que pudesse ser cantada outra vez. Onde havia hiatos, punham sinais; onde havia repetições, suspeitavam de enxerto; onde havia beleza, desconfiavam da beleza, por saber que o excesso às vezes trai a mão posterior. “A crítica”, suspirava o professor, “é a forma polida da saudade.”

Aprendi, com ele, que o dialeto não é apenas um conjunto de formas, mas um clima. O jônio tem brisas; o eólio, trovoadas ao longe; o aqueu, esse rumor de casco sobre pedra. Não se separam dialetos como quem separa contas de colar: são fios que só brilham em nó. Por isso, quando os sábios de Alexandria tentaram o impossível – dar a cada verso a sua pátria linguística – acabaram por reconhecer o limite do mapa. Uma língua é terra molhada: a pegada se alarga, o contorno hesita, os passos anteriores se confundem com os nossos.

Nesse ponto, o professor sempre tirava do bolso um papel translúcido, uma folha de papel-manteiga colecionada sabe Deus de que padaria antiga, e o sobrepunha ao texto. Com o lápis, marcava os “sinais de vida”: a forma eólia que irrompe no jônio como quem abre janela; o resquício de uma semivogal indo-europeia que, desaparecida, deixa um buraco de ar – o hiato – por onde o sentido respira. “Vê?”, perguntava, e eu via: entre duas vogais encostadas havia um passado inteiro, como uma antiga ponte derrubada cuja sombra, ainda assim, dita a travessia do rio.

Gostávamos de imaginar a biblioteca de Alexandria em estado de tarde eterna. Não a noite do incêndio, mas a hora morna em que se catalogam rolos, se discutem sinais críticos e se oferecem figos a um visitante. Naquela tarde, um copista,

cansado, erra uma letra. Na tarde seguinte, outro percebe o erro e o corrige... mas corrige demais, e o excesso vira tradição. Milênios depois, um estudioso multiplicará notas de rodapé para desfazer a honestidade ansiosa daquele gesto. A história do texto é, em parte, a história do zelo. E nenhuma paixão humana, nem a mística nem a erótica, compete em constância com o zelo filológico.

“Também hoje”, dizia o professor, “vivemos em Alexandria, mas com eletricidade instável.” Os algoritmos, esses bibliotecários apressados, reordenam rolos segundo uma lógica que não ousa confessar seus próprios critérios. A crítica textual migrou para a curadoria do fluxo: quem escolhe o que surge primeiro na prateleira infinita? Quem escreve o escolho invisível que nos faz desviar o barco? E nós, herdeiros de Aristarco sem o saber, anotamos, sinalizamos, marcamos favoritos, sublinhamos em silêncio com os olhos. É a nossa forma de acentuar o verso.

Às vezes, em meio a essas explorações, lembro-me de um detalhe: as semivogais perdidas. O professor as tratava como fantasmas dóceis. “Não estão mais aqui, mas a casa tem o cheiro delas”, dizia, batendo de leve no volume. Era uma metáfora simples, e por isso definitiva. Muito do que amamos chega a nós sem corpo, apenas como efeito. Uma palavra antiga, um gesto numa fotografia, uma cidade que nunca vimos e, no entanto, nos promete uma infância. A leitura é o ofício de conversar com o desaparecido sem lhe pedir identidade.

Quando falávamos dos Ptolomeus, o professor baixava a voz. “Patrocinadores são ventos”, ensinava; “podem encher as velas, mas também mudam de direção.” A biblioteca foi, como quase tudo o que merece lembrança, um milagre precário. O fogo não é só aquele que consumiu papéis: é também o ardor administrativo com que se decretam utilidades e, por consequência, inutilidades. Se hoje escrevemos e lemos, é porque muitas vezes o inútil sobreviveu de teimoso. Deveríamos prestar culto às notas marginais, às versões rejeitadas, ao apócrifo que, por descuido, virou cânone doméstico em alguma aldeia.

Certa tarde, ele me deu um exercício cruel: “Escolha um verso e faça de conta que não o temos. Imagine a lacuna.” Passei horas olhando um vazio hipotético. Descobri, assim, que a ausência pesa mais que o excesso. A lacuna é um animal que respira na página: quanto menos vemos, mais ouvimos. Ao fim, percebi que aquela imaginação da falta – pedagógica, mas real – me tornava leitor melhor do que a posse de todas as variantes. Talvez porque ler seja, no limite, aceitar que o que temos é o resultado de perdas. O nosso texto é a sobrevivência de um naufrágio; os filólogos, os mergulhadores que sobem à superfície com conchas quebradas que brilham como joias.

Não raro, o professor abria o caminho para Machado de Assis, que citava sem ênfase, como quem tira um lenço do bolso. Dizia que, ao escrever com sobriedade, Machado praticava uma espécie de crítica textual do mundo: aparava

redundâncias, desconfiava de adornos fáceis, deixava o hiato onde outros poriam cola. E evocava, num salto esperto, um bibliotecário de Borges que emudeceu diante da babel infinita. “Entre a totalidade e a perda”, concluía, “resta-nos o critério – e o amor.”

Uma crônica, pensei um dia, talvez não seja outra coisa senão um aparato crítico escrevendo-se por conta própria. Começa com um texto alheio, herdado, e segue anotando, combinando dialetos temporais: o jônio do que foi, o eólio do que poderia ter sido, o aqueu remoto do que dá fundamento ao nosso espanto. O cronista, como o alexandrino, aspira ao impossível: salvar do tempo uma forma de atenção. E, se consegue, deixa nas bordas seus sinais – não os de Aristarco, mas parentes: uma vírgula que segura a respiração, uma imagem que, se exagera, é por pudor, uma enumeração que se desfaz no penúltimo item para que o último reverbere como um barco que some no nevoeiro.

Ao fim das aulas, o professor recolhia o papel-manteiga e o lápis, apagava a poeira imaginária e nos dispensava com um gesto que imitava a antiga benção dos copistas. Saíamos do prédio do Departamento de Letras para o campus, onde as línguas se misturavam sem nota de rodapé: estudantes, professores, o rumor dos ônibus. E eu, que não sabia separar dialetos, compreendia por instinto: a cidade é um poema jônico com assomos eólios e restos aqueus – e a nossa leitura, uma homenagem tardia aos que, em Alexandria, acreditaram que nenhuma mistura é erro quando respira.

Hoje, quando abro um livro e encontro um hiato – duas vogais que se encaram –, lembro-me das semivogais ausentes e do professor que as cheirava na página. Lembro que o que chamamos de original é, muitas vezes, apenas o mais antigo entre os sobreviventes. Lembro que o zelo pode ferir, mas também pode estancar sangramentos silenciosos. E então releio a frase inaugural, como quem acende uma lâmpada num depósito onde tudo já tem poeira e lugar: os eruditos compilaram, expurgaram, hesitaram, e nos entregaram um texto misto, respirando pelas falhas. Algum dia, alguém fará o mesmo por nós – não com nossos versos, talvez, mas com o nosso rumor. Deixar-lhe-emos, se formos atentos, um punhado de sinais suficientemente humildes para que façam sentido quando as nossas semivogais, já ínfimas, tiverem se tornado apenas o perfume de uma presença antiga.